

ESCOLAS

Mensalidade: liberdade vigiada.

Os donos de escolas prometem repassar dois terços dos novos aumentos para os professores. Mas os professores estão desconfiados.

O Conselho Estadual de Educação decidiu ontem — por 18 votos a favor e apenas dois contrários — que o controle do reajuste das mensalidades será feito pelo sistema de preços acompanhados. O controle será feito pelo próprio CEE. Com isso, a semestralidade "pode sofrer um novo aumento e até ultrapassar os 123%", já esperados pelo Sieceesp — Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, que promete repassar dois terços dos aumentos das mensalidades para os salários dos professores". A decisão do aumento depende, entretanto, de homologação pelo secretário estadual da Educação, Chopin Tavares de Lima.

Preferindo encarar a decisão como simples liberação dos preços, José Aurélio de Camargo, presidente do Sieceesp, disse que não poderia haver outra saída. "Os preços dos cursos livres e da pré-escola já estavam liberados, por que conosco seria diferente?" Esse novo sistema de controle, para ele, será melhor para todos.

— Quem cobrar mais — enfatizou — vai ter de oferecer muito mais qualidade. — A partir de agora, teremos diferentes níveis de preços e de qualidade. E só ficará no mercado quem prestar melhor serviço.

Sérgio Arcuri, vice, garantiu que o sindicato "vai administrar essa nova fase da escola particular, evitando abusos e fazendo dessa liberdade vigiada um passo para a valorização dos professores". Ele prometeu que as semestralidades deverão estar sempre ao alcance da comunidade.

Abusos, não

"Pode parecer que estamos liberando os preços, mas não é bem assim", explicou Maria Aparecida Tanazzo Garcia, presidente do CEE. Ela disse estar entristecida "não pela deliberação que foi por consenso a melhor saída", mas pelo fato de a Comissão de Encargos Educacionais ainda não estar formada. E garantiu que o CEE "vai cobrir os abusos": todas as reclamações feitas pelos pais serão imediatamente investigadas e apuradas. "O CEE intervirá para estabelecer o justo valor da semestralidade, mediante decisão fundamentada."

Tudo vai depender, porém, do secretário estadual de Educação, Chopin Tavares de Lima. Em 30 dias, ele deverá homologar ou não essa deliberação. Ele deve receber hoje essas decisões, que estão explicadas em um documento feito por uma comissão especial formada na semana passada e que está agindo (com base na portaria 152, também da semana passada) no lugar da Comissão de Encargos Educacionais, cuja incumbência é justamente dispor sobre a fixação de preços das mensalidades escolares. Sua composição ainda não foi possível porque o Sieceesp impetrou um mandado de segurança argumentando sua inconstitucionalidade e o processo está subjudice.

Assim que essa Comissão de Encargos se forme, o que a presidente do CEE espera aconteça em breve, ela poderá rever, analisar e até modificar os termos dessa deliberação. Maria Aparecida contou que os mantenedores estão seguindo o exemplo da dobradinha feita entre UNE — União Nacional dos Estudantes e Ubes — União Brasileira de Estudantes Secundaristas, que designaram um membro efetivo e um suplente, que deverão se revezar nas reuniões da Comissão de Encargos Educacionais (o decreto presidencial para a formação dessa comissão só permite um representante de cada categoria).

O sindicato das mantenedoras do 3º grau já tinha concordado com a idéia. Ontem, o vice-presidente do Sieceesp, Sérgio Arcuri, esteve no CEE para entregar ofício, dizendo que concorda com o arquivamento do processo e em dividir com o 3º grau uma das cadeiras na comissão.

Maria Aparecida disse, também, que até o dia 30 de abril todas as quatro mil escolas particulares de 1º e 2º graus e mais as 400 do 3º grau deverão comunicar-se com o CEE, enviando o índice de reajuste desejado, seu balancete do ano de 1986 e toda a planilha de custos, com modelo definido pelo próprio Conselho. Conforme a deliberação, o conselho avaliará esses dados, tendo por base "o princípio da compatibilização entre a evolução de preços e a correspondente variação de custos, observadas as diretrizes da política econômica do governo federal, bem como as peculiaridades regionais e os diversos graus, ramos e padrões de ensino". A própria presidenta, porém, admitiu ser difícil examinar tudo até o final do semestre.

Paralisação

Perto de 1.500 professores da rede particular terminaram um dia intenso de atividades, ontem, em frente da Secretaria da Educação. E receberam com desagrado as decisões do CEE. José Leopoldino de Azevedo, presidente do Sinpro — Sindicato dos Professores de São Paulo, disse que os professores não vão admitir a vinculação do seu aumento salarial ao aumento das mensalidades. Como o secretário da Educação não estava para recebê-los, ficou acertado com a chefia de gabinete um encontro para amanhã, entre Sinpro, Sieceesp e secretário.

Durante assembleia no pátio externo da Câmara Municipal, os professores decidiram que vão esperar até o próximo dia 31 uma resposta patronal às suas reivindicações. Eles querem 100% de aumento sobre os salários de hoje e os donos de escolas oferecem somente 66%. No dia 1º de abril eles farão nova assembleia para analisar a contraproposta e decidir se entram em greve ou não.

Rita de Biagio